

1.7 Considerações de equidade

Muitas vezes, um desafio afeta de forma desproporcional alguns grupos da sociedade. Os benefícios, prejuízos e custos das opções para responder ao desafio podem variar de acordo com os grupos. As considerações de implementação também podem variar entre os grupos. As avaliações podem perguntar o que funcionou para quais grupos sob quais condições.

A maneira como as evidências sobre um desafio são vistas também pode variar entre os grupos com base em seus contextos histórico, social e cultural.

Um modo de identificar os grupos que deve receber especial atenção é o uso da abordagem PROGRESS-Plus.⁽¹³⁾ PROGRESS é um acrônimo formado pelas iniciais das seguintes oito possibilidades de se descrever os grupos:

- P** Posição de residência (p. ex., populações rurais e remotas)
- R** Raça, etnia, cultura e idioma (p. ex., povos indígenas e grupos de minorias étnicas, culturais e linguísticas em um país)
- O** Ocupação e experiências no mercado de trabalho de forma mais geral (p. ex., pessoas em situações de trabalho informal ou precário)
- G** Gênero e sexo
- R** Religião (p. ex., cristianismo, islamismo e suas respectivas denominações)
- E** Escolaridade (p. ex., letramento matemático)
- S** *Status* socioeconômico (p. ex., populações economicamente desfavorecidas)
- S** *Status* social - capital social/exclusão social

Plus refere-se a:

- +** Características pessoais associadas à discriminação (p. ex., idade, incapacidade)
- +** Elementos de relacionamentos (p. ex., pais que fumam, expulsões de escolas)
- +** Relacionamentos que demandam tempo (p. ex., deixar o hospital, outras situações em que uma pessoa pode ficar temporariamente em desvantagem)

Acesso a informações confiáveis, *status* de imigração e orientação sexual são exemplos de outros descritores.

Conforme retomamos no capítulo 4, uma síntese de evidências usa um processo sistemático e transparente para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar os achados de todos os estudos sobre uma mesma questão. Uma síntese de evidências tem por objetivo chegar a um entendimento geral do que se sabe sobre uma determinada questão, incluindo como isso pode variar entre os grupos (p. ex., comunidades racializadas vivendo em bairros de baixo nível socioeconômico ou idosos socialmente isolados vivendo em comunidades rurais).

Com a resposta à pandemia de COVID-19, a distribuição de benefícios, prejuízos e custos aconteceu de forma muito diferente entre os países e entre os grupos nos países. Por exemplo, em alguns países de alta renda, os chamados “trabalhadores essenciais” (que não poderiam ficar em casa durante os períodos de *lockdown*) eram geralmente mulheres trabalhando em profissões de baixa renda sem afastamento médico remunerado, de comunidades racializadas sofrendo pelo estigma e discriminação, vivendo em casas pequenas com filhos e avós, onde o isolamento não seria possível, e morando em áreas urbanas com transporte público lotado e hospitais sobrecarregados. Em alguns países de baixa renda, muitos trabalhadores migrantes perderam seus empregos durante os períodos de *lockdown* e não puderam retornar com segurança para suas localidades quando os sistemas de transporte público foram interrompidos simultaneamente. Outros trabalhadores migrantes tiveram que escolher (frequentemente sem ter acesso a informações confiáveis) entre permanecer no trabalho nas cidades ou retornar para suas localidades de origem com base em onde correriam menor risco de contágio e teriam melhor perspectiva de receber cuidados de saúde se ficassem gravemente doentes. A disponibilidade de vacinas em países de baixa renda ficou muito aquém da disponibilidade de vacinas em países de alta renda.

Conforme também retomamos no capítulo 4, o contexto pode moldar como as evidências são vistas pelas comunidades racializadas e pelas mulheres, entre outros (veja a **seção 4.9**). Os contextos, bem como os direitos e os saberes distintos dos povos indígenas, também podem moldar como as evidências são vistas pelos povos indígenas (veja a **seção 4.10**).



Formulador de políticas governamentais, David Halpern

Conselheiro político de confiança, levando experimentação formal e insights comportamentais para governos, primeiro no Reino Unido e atualmente em diversos países

Para mim, as principais conclusões são: 1) uma expansão vertiginosa para superar o atraso é necessária para outros setores que tenham a intenção de alcançar o setor da saúde em todos os aspectos da produção, compartilhamento e uso de evidências; 2) um mecanismo global é necessário para que os governos encomendem conjuntamente sínteses de evidências – não apenas para evitar a duplicação – e para que um conjunto de produtores de bens públicos globais responda com produtos de evidências de alta qualidade e de forma oportuna; e 3) a “capacidade de absorção” nos governos e órgãos profissionais precisa ser construída. Estou tanto entusiasmado como impaciente com respeito a esses pontos.

No primeiro ponto, precisamos expor a fragilidade de nossa base de evidências em muitas áreas, mas também destacar de uma forma mais positiva o que será possível quando a tivermos construído. A COVID-19 ilustra esses dois lados – um avanço incrível e rápido em alguns domínios, mas também algumas lacunas sérias. Isso nos leva à nossa **recomendação 2** – todos devemos prestar atenção quando uma alegação está sendo feita e perguntar sobre a qualidade e a aplicabilidade das evidências em que a alegação se baseia. Saiba demandar melhor!

Passando ao segundo ponto, precisamos trazer à luz as perguntas para as quais os departamentos governamentais deveriam saber as respostas, mas não sabem – ou, dito de outra forma, precisamos identificar as áreas de política e prática que estão “construídas na areia”. Tivemos algum sucesso nessa linha no Reino Unido, com o que chamamos de “áreas de interesse de pesquisa”. Essas questões de interesse dos departamentos governamentais agora ajudam a moldar a agenda de financiamento de pesquisa da Agência de Pesquisa e Inovação do Reino Unido (£8 bilhões por ano). Isso se conecta à nossa **recomendação 5** sobre tornar os sistemas de suporte de evidências de governos mais adequados à finalidade. Também precisamos de um mecanismo de coordenação global para responder a essas questões, gerando, sintetizando e compartilhando evidências. Seria uma rede global de *What Work Centres* (aproveitando o que já temos no Reino Unido), mas outros países podem querer usar um nome diferente para a rede. A rede global pode ajudar a abordar a desigual cobertura e qualidade das evidências disponíveis, e a duplicação desnecessária que vemos agora com cada país agindo por conta própria (ou tirando proveito de investimentos de outros). Isso se conecta à nossa **recomendação 24**, dirigida a financiadores.

O último ponto refere-se à fragilidade das instituições cujos conselhos políticos são vistos como definitivos. A verdade alarmante é que, em grandes áreas de política e prática, estamos tropeçando no escuro. As avaliações robustas são raras. Ao mesmo tempo, os formuladores de políticas tendem ao excesso de confiança. Guias técnicos, como o Livro Magenta do Reino Unido sobre a elaboração de avaliações e o Livro Verde sobre como avaliar políticas, programas e projetos, são um bom ponto de partida. Precisamos de mais equipes e parcerias, consultores científicos e órgãos consultivos no governo para o suporte de evidências adequado à finalidade (**recomendações 6-8**), e as correspondentes melhorias nas organizações profissionais (**recomendação 12**). A construção da capacidade de avaliação, como a nova Força-Tarefa de Avaliação do Reino Unido, é especialmente importante para a construção de evidências juntamente com a capacidade de utilizá-las. Em algum momento gostaria de ver os conselheiros políticos seniores sendo selecionados, avaliados periodicamente e comparados internacionalmente em referência à capacidade de compreender e usar evidências. O relatório da Comissão de Evidências reúne essas ideias, junto com muitas orientações de como colocá-las em prática.